

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco reuniram-se de forma on line para a reunião de Câmara de Normas e Planejamentos os conselheiros Ana Lucia Rodrigues, Angela Branco Guimarães, Carla Cristine Agulham, Caroline Pereira de A. Maia, Dheborá Cristina da Silva, Luiz Carlos Costa da Silva, Marinês Gabriela C. Jarek e Rodrigo Cristiano Oliveira e os convidados Jéssica Pianezzola, Solange Rosa, Mariane Lins e Lilian.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação Caroline Maia inicia a reunião cumprimentando a todos e afirma que é necessário realizar a eleição de Presidente de Câmara e Secretário. A Conselheira Ana Lucia se dispõe a ser Presidente e Rodrigo como Secretário. A Presidente do Conselho Municipal de Educação Caroline solicita que a Conselheira Ana presida a reunião porém o Conselheiro Luiz solicita que seja encaminhado como nas outras Câmaras e que ela continue. A Presidente da Câmara Ana Lucia afirma que pode continuar e solicita que a Presidente Caroline também o faça, e diz “ porque o Programa de Direitos Humanos estava sob a minha presidência quando saiu o Parecer, então a gente tem bastante conhecimento. Só quero deixar claro quando a gente elaborou o Parecer e colocou no final a questão da Deliberação para ser feita após, era pensando também que antes terá os estudos da Comissão” , e questiona se houve apenas uma reunião da Comissão de direitos humanos. A Convidada Mariane responde que sim e confirma aproxima reunião externa para próximo mês , e as internas inicia-se hoje, dentro das unidades escolares. A Presidente Ana Lucia continua dizendo “ até para sentir a omissão e como seria o trabalho nas unidades para após sair uma Deliberação, acho que a gente estuda hoje, apresenta para a Comissão e se tiver mais sugestões retornar de novo para Câmara e aí sair essa Deliberação, pois é um estudo bastante polêmico, em Curitiba apresentou uma Deliberação e em seis meses precisou revogar, apresentou problemas até na Câmara de Vereadores, porque é uma temática bem abrangente e polêmica, pois abrange vários aspectos, por isso teremos que ter bastante cuidado no que vamos colocar como norma na Deliberação. ” Solicita que a Presidente Caroline continue a reunião. A Presidente do Conselho Municipal de Educação Caroline diz que irá continuar a leitura do documento e diz “ eu queria entender um pouquinho essa situação Ana , porque ela está no Referencial já então eu acredito que seja pautado em cima desse tipo de estudo, e o Referencial eu creio, não acompanhei tão de perto, enfim, por estar fazendo outras funções dentro da secretaria, mas para o Referencial foi feito um tipo de estudo de proposta, as meninas estão aí para poder falar.” A Presidente da Câmara Ana Lucia diz “ por isso que veio uma solicitação de Parecer do Conselho justamente para entrar no Referencial, então sempre que é solicitado algo para o Conselho é sempre primeiro um Parecer e depois a gente normatiza, então quando fizemos no ano passado foi a solicitação de um documento que veio solicitando um Parecer do Conselho, isso que foi colocado no documento da SEMED, porque ele iria para o Referencial e iniciaria o trabalho em 2025.” A Presidente Caroline agradece a contribuição da equipe dos Direitos Humanos na construção deste documento, realizando a leitura da Deliberação nº03/2025. A Conselheira Carla solicita que as convidadas façam suas considerações, e expliquem sobre as datas dos encontros. A Presidente Ana Lucia pede para que as convidadas façam isso após a discussão sobre a

deliberação e diz “ trouxe uns pontos para levantar em relação a deliberação. No Art 9º eu penso que no § 1 eu penso que nos diversos setores da secretaria municipal de educação , departamentos, divisões, coordenações e núcleos, acrescentar comissão. A partir do Art 10 não tem o ordinário tem que tirar.No Art 11 no § 5 acrescentar a educação de jovens e adultos, precisa entrar aqui, não pode ficar de fora.” A Conselheira Carla pede a palavra e reforça que deve-se incluir os bebês em todos os espaços, “ pensando que todos os espaços podem ser espaços educadores devemos visibilizar os bebes também.” A Presidente do CME Caroline questiona “ você fala onde está escrito crianças/estudantes e incluir bebes/crianças/estudante, isso?” A Conselheira Carla confirma. A Convidada Jéssica agradece pela escuta e pela oportunidade, e diz “ respondendo a Carla, quando saiu o Parecer no ano passado ele tinha como, emitiu um Parecer favorável sobre a implementação do programa dos Direitos Humanos , indicava também que seria emitido uma deliberação para o sistema de ensino em outubro do ano passado. Começamos a fazer a partir desse parecer foi construir encaminhamentos para essa comissão interna. A Comissão Interna efetivamente se reuniu em março desse ano, nesse primeiro momento trabalhamos com esse grupo que era composto por profissionais de dentro da secretaria, membros do CAE, CAPS/FUNDEB, ( inaudível) nós trabalhamos o que é a função da comissão, qual objetivo, fundamentos dos direitos humanos, como primeira tarefa analisamos minuta de regimento, no final do próximo mês teremos o próximo encontro que vai falar sobre a educação étnico raciais, então estamos nesse processo de implementação. Saiu o edital com o proposto de comissões que irão se constituir dentro de cada unidade educacional, educação infantil, ensino fundamental e unidades que trabalham com educação especial, essas comissões não iniciaram seu trabalho porque hoje inicia os encontros nos núcleos para orientação das equipes, então ainda não tiveram a experiência de iniciar a implantação, A nossa expectativa é que a partir dessa trajetória dessas comissões a gente possa ter mais praticas positivas em relação aos direitos humanos dentro das unidades desenvolvidas pelos profissionais que estão no cotidiano trabalhando com essa modalidade. Em relação a emenda, achamos oportuno essa inclusão porque quando nos referimos a estudantes esse publico precisa ser contemplado. Penso eu, que poderia ter uma análise de vocês enquanto comissão, enquanto Câmara, se caberia usar bebes, crianças, adolescentes, adultos, idosos, fazer esse acréscimo pontual sinalizando as faixas etárias ou permanecer dessa maneira ai valeria vocês analisarem e ver o que seria mais significativo mais oportuno. Sobre a questão de migrantes e imigrantes, nós estamos considerando migrantes como uma categoria ampla então não tem a necessidade de especificar se é imigrante ou emigrante, ( inaudível) que é um consenso dentro dos pesquisadores da área, desse termo amplo e a questão principal não seria movimento migratório de entrada e saída, não é esse a questão, a questão é mais uma questão identitária na perspectiva de que é um grupo que tem uma característica especifica e a gente vai olhar para isso de maneira especifica.” A Conselheira Dheborá fala “ é que também vai de encontro com que a Carla falou sobre a reflexão dos bebes e falar dessas questões de estudantes, até veio uma outra lei para gente analisar aqui no especial, porque aqui no caso do Cemitra eles são adultos e nem todos são estudantes , então precisamos pensar como escrever não só essa deliberação mas outras porque na Eja eles são estudantes mas aqui muitos abandonaram

a muito tempo os estudos, enfim trazer essa reflexão para ver como a gente vai acolher todos esses públicos.” A Presidente Ana Lucia diz “ Só para dizer que na deliberação tem que aparecer, é importante que a Carla falou dos bebês, a educação de jovens e adultos, migrantes e imigrantes, porque nós enquanto Conselho sabemos que aquilo que não é citado não é feito, isso não vai ser cumprido, precisa sim aparecer independente do que os teóricos dizem para a deliberação precisa abranger todo o trabalho que será feito na educação. E Dheborá, o Cemitra entra sim porque tem a parte de educação, seja educação profissional que eles tenham, ele precisa se encaixar na educação de adultos, seja ela profissional ou não dentro da educação especial. É feito um trabalho educacional, se não fosse feito não estaria na Secretaria Municipal de Educação, só rever, tem um Parecer sobre o Cemitra, e o Madre Paulina também, eles se encaixam dentro da educação, fazem parte. Mas é importante citarem, quanto mais abranger a questão dos nossos estudantes, crianças, bebês, é importante que apareça sim, porque existe questionamentos que vem da rede falando que não está escrito, então vão se deter apenas ao que está sendo citado lá, então quanto mais a gente colocar melhor o caminho será desenvolvido.” A Convidada Mariane diz “ só uma questão em relação aos migrantes, entendo que a questão de jovens e adultos precisa ficar mais explícito, dos bebês também, mas os migrantes estão contemplados nos textos, a gente pode incluir o termo imigrante internacional para gente conseguir colocar que estamos falando de imigrante, mas eles estão contemplados, isso está explícito, a gente pensou na inclusão deles, os outros dois precisamos organizar, os bebês e a Eja, mas a parte da migração gostaria de saber se ficou explícito assim, porque ficou citado, são crianças, estudantes, migrantes.” A Presidente do CME Caroline reforça que a palavra migrante contempla tanto o migrante quanto o imigrante, dentro da legislação. A Convidada Mariane continua “ isso vai trazer também os refugiados, os apátridas, estamos olhando para a criança como pessoa, não estamos olhando como categoria política que está ocupando dentro do território nacional. Ele pode ficar mais específico, se a gente citar migrante internacional, estamos falando especificamente de estudantes, crianças que vieram de fora e estão em território nacional, mas daí é só a gente fazer esse recorte mas daí o foco é mais amplo.” A Presidente Ana Lucia diz “ vou voltar de novo na questão do migrante porque nós temos a nossa deliberação em relação as matrículas. Aí tem que caminhar junto, não pode estar diferenciado, aí teríamos que mudar nossa deliberação em relação a matrículas. Nós tivemos grande discussão devido o atendimento aos migrantes, imigrantes, refugiados, que sejam, então eu volto a colocar, aquilo que não é citado não é cumprido. Nós aqui dentro do Conselho temos esse entendimento, mas quem está lá na escola geralmente não tem todo esse entendimento, por isso precisamos deixar o mais minucioso possível.” A Convidada Mariane diz “ então deixar o mais minucioso possível seria colocar migrantes internacionais e apátridas.” A Presidente Ana Lucia questiona “ mas aí não temos isso na nossa deliberação Mariane. A questão das matrículas tem que caminhar junto, teremos que ver junto ao Conselho se muda, aí vai para o Pleno para ver se a gente vai caminhar ou não com a questão da nomenclatura, vai ter que mudar também a nomenclatura na Deliberação que nós fizemos na questão de matrícula dos refugiados, migrantes e imigrantes, é uma questão que vem lá do Conselho Nacional de Educação.” A Convidada Jéssica diz “ só mais uma consideração,

sobre essa questão de terminologia, precisa cuidar para não criar uma terminologia que fuja daquilo que é ( inaudível) e não causar dificuldades maiores ainda. Caso seja necessário deixar os termos mais abrangentes não podemos correr o risco de criar interpretações e associações que tratam de coisas de coisas diferentes no mesmo conceito, mesma coisa na deliberação de matrícula agrupava etinerância com migração, são conceitos diferentes e não podemos fazer esse tipo de associação e correr risco de criar um conceito que não são. Gostaria de mencionar que a estrutura desses artigos fizemos a sugestão de seguir o documento nativos sobre Direitos Humanos, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, as Diretrizes Curriculares para Educação em Direitos Humanos, então acabou não fugindo da estrutura dessas políticas nacionais, vai mencionar princípios, vai mencionar atribuições dentro dessas origens, se algum momento houver dúvida acho bacana saber a fonte de onde vieram esses artigos, essas indicações. Finaliza sua fala agradecendo a oportunidade.” A Presidente do CME Caroline diz “ tenho uma manifestação para fazer como conselheira, li no Parecer que foi feito pelo Conselho em vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, dentro das próprias indicações que o Conselho dava , está escrito cabe o programa de direitos humanos a articulação com núcleo de crianças, adolescentes e inclusão , Nudcai e Conselho Tutelar, casos que envolvam o direito das crianças e estudantes do município. Lendo acredito que dentro das disposições finais era importante essa citação, já que dentro do Parecer veio cobrando isso, essa articulação entre o Programa, o Nudcai, e o Conselho Tutelar de alguma forma, não de forma ampla porque eu vejo que muita coisa cabe mais ao Nudcai enquanto secretaria do que ao Programa de Direitos Humanos, mas já que contempla no Parecer que isso seja também seja citado dentro da deliberação. Deixando claro, hoje foi eleita dentro da Câmara de Normas e um secretariado, minha fala vem como conselheira e não como Presidente do Conselho, desses encaminhamentos, porque o que tenho notado, a morosidade de tudo que é feito, volto a falar e tem sido muito pedido, melhorar o regimento do Conselho municipal de Educação, dentro do encaminhamento do trabalho do Conselho, o profissional que se dispõe a ser conselheiro ele está sendo gabaritado pela sua representatividade para que ele responda por aquilo, que seja uma voz dessa representação. Entendo o cuidado de criar um documento e ele ir e voltar, para que não seja La na frente revogado, volto a falar do fortalecimento que tem que ser feito por cada conselheiro participante do seu papel dentro do Conselho. Da responsabilidade, que se dispõe de sair do seu local de trabalho, participar das reuniões, participar das reuniões de câmara, e quando chegar aqui essa morosidade de ir e voltar do documento, o que eu entendo, estou no conselho desde dois mil e dezoito, participando as vezes de uma forma ativa, outras vezes nem tanto, mas me preocupa esse vai e vem, não que não seja importante, não estou querendo articular documentos entre a secretaria e o conselho somente, mas se fizemos um estudo do referencial, houve uma comissão, houve um estudo, houve um parecer para esse Programa para ele ser instituído, acredito que ele foi estudado, de alguma forma ele foi divulgado, vejo que já começa ser realizado algumas ações da deliberação como a comissão local, e a deliberação não sai. Começa se efetivar porem não estão pautadas ainda, publicada no Diário Oficial, me preocupa esse termo que a Ana falou mas a gente precisa criar um caminho, porque no parecer não cita isso, de que a deliberação precisava ser feita, que

fosse amplamente divulgada, não que não tenha sido, as vezes me sinto de mãos atadas, quer fazer, tem outras urgências, tudo é urgente, mas eu fico preocupada com isso. Então eu queria que a Ana desse encaminhamento de uma forma que a gente conseguisse realmente efetivar, a Deliberação dos Direitos Humanos sem levar mais um ou dois meses, porque o Parecer foi feito em agosto e já estamos finalizando abril. Então passo a palavra para Ana como conselheira como Presidente da Câmara, com toda a bagagem que ela tem para nos orientar.” A Presidente Ana Lucia fala “ quando eu propus no inicio, não sabia que as meninas estavam vindo para participar e apresentar. Se elas já discutiram isso com você, não vejo nenhum problema. Agora meu encaminhamento seria, só a Câmara se reunir, a gente ver o que falta, assim como você colocou do Nudcai, também coloquei algumas questões que devem ser colocadas, fazer alguma averiguação se há necessidade de mais uma inclusão, ele ficou baseado em cima daquele documento apresentando quando saiu o parecer, e se tiver algo a mais na próxima reunião a gente discute e já fecha.” Questionando se é possível fazer a reunião no dia seis pela manha. O Conselheiro Rodrigo lê a mensagem enviada pelas convidadas Mariane e Jéssica sobre o que diz no documento de matricula. A Presidente Ana Lucia confirma que isso já havia dito que deveria estar desta forma e diz “ na próxima reunião se a Clície conseguir participar, ela faz algumas sugestões de crianças de inclusão, e tem mais conselheiros que não conseguiram participar. Na próxima reunião os conselheiros fecham o documento para ser apresentado na reunião do Pleno.” A Presidente do CME Caroline diz que está analisando a possibilidade de reunião do dia oito de maio, do Pleno, ser no formato online, e solicita a Conselheira Ana Lucia que coloque no grupo as orientações sobre os encaminhamentos realizados na reunião de Câmara, e quais serão os próximos encaminhamentos. Agradece as convidadas Mariane, Jéssica, Solange e Lillian por se disponibilizarem a participar da reunião. As convidadas agradecem a escuta. A Presidente Ana Lucia questiona se é possível marcar a reunião, no formato online no dia seis as oito horas e trinta minutos e diz que irá convidar a Marilete para que ela possa dar suas contribuições, agradece a todos pela presença e encerra assim a 1ª Reunião Ordinária da Câmara de Normas e Planejamentos.

Ata digitada por Vanessa Ribeiro de Andrade Silka, será aprovada pelos Conselheiros presentes e assinada pela Presidente da Câmara de Normas e Planejamentos.